b o l e t i m

apubh

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG

SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - Nº 4 - AGOSTO DE 1996

AVALIAÇÃO DA GREVE DOS PROFESSORES

páginas 4 & 5

APUBH PROMOVE CAMPANHA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

página 7

CONED REÚNE 5 MIL PARTICIPANTES NA UFMG

página 3

ANDES-SN LANÇA CADERNO nº 2: PROPOSTA PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

página 8

Diretoria da APUBH - Gestão 95/97

Presidenta

Maria Dirlene Trindade Marques

1º Vice-presidenta

Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova

2º Vice-presidente

Luiz Humberto Pinheiro

1º Secretária

Danusa Dias Soares

2º Secretária

Rosemary Dore Soares

1º Tesoureiro

José Antônio Armanelli

2º Tesoureiro

João Maurício Lima Figueiredo Mota

1º Suplente

Vera Lúcia Tomaz Fróes

2º Suplente

Vera Lúcia Fernandes

Diagramação e Arte

CPD - Apubh

Jornalista Responsável

Ivaldo dos Reis Costa - MTB 4740

APUBH - Rua Arthur Itabirano, 70

Bairro São José - Pampulha

CEP: 31275-020 - BH - MG - Tel: (031)441-7211

Endereços eletrônicos:

e-mail:correio@apubh-ufmg.org.br

homepage: http://apubh-ufmg.org.br

E VIVA AS OLIMPÍADAS !

"Se queres ver, aprende a agir"
(Poincaré)

Mais uma vez o Brasil esqueceu o Brasil. A mídia brasileira fez-nos esquecer nosso cotidiano com seus problemas e adiou soluções pendentes e urgentes. Como é de costume, certos acontecimentos atropelam outros. Estratégias já conhecidas mascaram situações, colocam tapumes na frente de crises de difícil resolução.

Não havia o que informar?! Mais uma vez o "deixa prá depois" imperou. Por entre medalhas recebidas e não-recebidas os atletas brasileiros faziam o país esquecer as dores de cabeça, a luta pelos direitos, a violência e os desmandos do governo contra a população.

O professor FHC sorria feliz para as câmeras, ao vestir o "jogging" das seleções vencedoras que iam ao Planalto para satisfazer a overdose narcísica do presidente.

Enquanto sua imagem desfilava nas telinhas, no Congresso nada acontecia. Parecia até "déjà vu" de cena mostrada em novela de TV, quando um senador da República discursava, para um plenário inteiramente vazio, sobre a necessidade da reforma agrária.

O país vive o marasmo das pesquisas eleitorais e eleitoreiras e de discursos vazios apontando mais uma vez para o nada; o vazio político estratégico do Congresso, que nessa época foge de suas responsabilidades, de uma resposta aos anseios da população, deixando ao presidente a fatídica MP como recurso ágil contra nós, e a favor de grupos privilegiados (vide estatísticas da distribuição de renda).

Mas aguardem, caríssimos professores. O que nos espera é terrível. Vale o suspense deste filme de terror! O chumbo grosso contra as universidades federais e contra outros segmentos, "pós-eleição 96", deverá corar as faces mais morenas desse país desalentado.

A plêiade despótica assumirá mais uma vez o ar maquiavélico-autoritário e avançará rumo à confusão, e não às mudanças reais. A "inteligência artificial" desse poder parece entender de superfícies, mas pouco de pensamento e comportamento humano.

A máquina administrativa, que é movida pelos *beófilos** do MARE, não tem conhecimento sobre a educação, as artes, a cultura e a ciência, muito menos sobre a rede ensino/pesquisa/extensão de uma universidade pública. Esta máquina não apreende a complexidade e a utilidade de nosso mundo universitário, porque não tem corpo ou intuição para tal. Ela não tem o "humor", motor dos processos mentais que caracteriza o humano.

O robô MARE não acabará com a universidade, nem mesmo através do seu supercomputador de 5ª ou 6ª geração a serviço do neo-liberalismo selvagem, motor de desempregos e desesperos. Pois sempre haverá uma Olimpíada que agita o corpo para a garra, a luta e a resistência, movidas pelo conhecimento e pela ética do cientista, do professor universitário voltado para a natureza e para a sociedade.

Vera Casa Nova
Vice-presidente da APUBH

** neologismo criado em Brasília, aglutinação de beócios e neófitos*

CARTA DE BELO HORIZONTE

EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E QUALIDADE SOCIAL

Os cinco mil profissionais da educação e as entidades da sociedade civil presentes ao I Congresso Nacional de Educação (I CONED), considerando o preceito constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado, conclamaram a sociedade brasileira para a construção do Plano Nacional de Educação.

Após um ano e meio do Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a crise na Educação se aprofunda em todos os níveis. As sucessivas medidas apresentadas têm se caracterizado pelo autoritarismo, pelo verticalismo e pela falta de interlocução com a sociedade, em especial, os projetos de lei que ferem os direitos já consagrados na constituição. Esta política de desobrigação do Estado para com a educação pública, gratuita e de qualidade, cada vez mais vem excluindo crianças, jovens e adultos da escola, aprofundando as desigualdades sociais, deteriorando a qualidade da educação e submetendo o serviço público aos interesses do mercado. O Projeto de LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Senador Darcy Ribeiro, ignora o Projeto aprovado na Câmara dos Deputados (PL nº 1258D-88), construindo com a participação efetiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que traz os subsídios fundamentais para a implementação das políticas educacionais necessárias à superação da crise atual.

As entidades organizadoras do I CONED e os governos comprometidos com a educação pública **tomam para si a iniciativa de intervir nas políticas educacionais** como a única forma de satisfazer as reais necessidades da maioria da população. Nesse sentido, o I CONED refletiu acerca da realidade educacional do país, resgatando o acúmulo histórico de resistência e proposições das diversas entidades da sociedade política e civil, visando à construção de um projeto-político pedagógico para a Educação Brasileira, pautado pela construção da cidadania, pela participação democrática e pela necessidade histórica da socialização do saber.

O I CONED define e estabelece princípios e uma agenda para dar continuidade à elaboração do Plano Nacional de Educação. Esta tarefa deve envolver o conjunto da sociedade brasileira, que deverá estar atenta e mobilizada, visando a sua efetiva implementação na busca de novos horizontes de cidadania. Para isso, o I CONED apresenta as seguintes diretrizes:

- acesso e permanência à educação pública gratuita e de qualidade para todos e em todos os níveis;
- universalização da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Média);
- garantia do direito à educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino básico;
- garantia da autonomia universitária;
- indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão na Universidade;
- exigência de que o Estado garanta os recursos suficientes para a Educação Pública de qualidade, em todos os níveis;
- regulamentação (normalização e fiscalização) do setor privado de ensino como concessão do poder público;
- garantia de salários dignos aos profissionais da educação;
- valorização dos profissionais de educação em sua carreira e formação.

O I CONED rejeita:

- o Parecer nº.72/96 - Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - "Darcy Ribeiro/MEC";
- o PL nº 1603/96 - Projeto de Lei sobre Educação Profissional e organização de rede Federal de Educação profissional;
- a PEC nº 370/96 - Proposta de Emenda Constitucional desmembrada da PEC 233 A/95, sobre Autonomia Universitária;
- a PEC nº 30/96 - Proposta de Emenda Constitucional do Senado aprovada na Câmara (PEC 233/95) sobre o financiamento da Educação Básica;
- o processo de elaboração, pelo MEC, dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN;
- o Sistema de Avaliação da Educação Básica do MEC - SAEB.

O I CONED REPUDIA:

- a Lei nº 9131/95 - Criação do Conselho Nacional de Educação e estabelecimento dos exames de final de Curso para os estudantes universitários;
- a Lei nº 9192/95 - Regulamentação do processo de escolha de Dirigentes Universitários.

"RUMO À CONSTRUÇÃO DE UM PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO"

Belo Horizonte, 03 de agosto de 1996

I CONED MARCA UMA NOVA FASE NO DEBATE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O I Congresso Nacional da Educação reuniu representantes de 27 estados brasileiros, entre eles trabalhadores em educação; técnicos administrativos; funcionários de escolas e estudantes; sindicalistas e políticos, que transformaram o Campus da UFMG em uma praça de debates na luta pela educação pública e de qualidade. O evento também contou com a participação de personalidades de Cuba, Uruguai, Argentina, Chile e Portugal.

A cerimônia de abertura, ocorrida no dia 31 de julho, no Mineirinho, teve a participação do reitor da UFMG - Tomaz Aroldo da Mota Santos; do reitor da UEMG - Aluísio Pimenta ; da PUC - padre Geraldo Magela, além de Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT; prefeito de BH - Patrus Ananias e os presidentes da ANDES-SN - Maria Cristina de Morais; CNTE - Carlos Augusto Abicalil; ANDE - César Augusto Miceto; FASUBRA - Carlos Maldonado; UNE - Orlando Júnior, UBES - Kerison Lopes, dentre outros.

Além de resgatar as discussões do Fórum Nacional de Educação, o CONED também representou uma nova e importante aliança em defesa do ensino no Brasil ao reunir, no mesmo evento, os principais representantes das entidades sindicais, acadêmicas e estudantis, reforçando a unidade entre o ensino de 1º , 2º e 3º graus, o que é muito significativo, já que o governo federal tem como meta destruir essa unidade para enfraquecer o movimento em defesa do ensino público e gratuito nos três níveis, que é uma obrigação do Estado.

Na cerimônia de encerramento estiveram presentes a professora Maria da Graça Bollmann - ANDES - SN; professor Júlio César Soares - CNTE; além dos representantes da SINASEFE; AELAC; UBES; FITEE; CONTEE; CUT; UNE; UNDIME; ANDE; ANFOPE.

A APUBH no CONED

A APUBH, durante todo o processo, participou ativamente do evento, acreditando que a elaboração democrática da proposta já garante a diversidade das posições existentes na Universidade e possibilita, desta forma, o avanço do movimento.

A significativa participação da APUBH no CONED se deu através do apoio administrativo ao ceder, além do espaço físico de sua unidade na Praça de Serviços da UFMG, funcionários e equipamentos; apoio financeiro e uma importante influência organizacional, através da efetiva participação de seus diretores na seleção e organização dos trabalhos apresentados, através da atuação das professoras Vera Lúcia Fernandes, Vera Lúcia Tomas Fróes, Rosemary Dore Soares, José Antônio Armannelli e Maria Dirlene Trindade Marques.

Os diretores da APUBH, juntamente com outros professores da UFMG, também tiveram uma expressiva participação na apresentação de traba-lhos, relatos e debates.



A abertura do CONED, no Mineirinho, contou com a conferência de Carlos Augusto Abicalil; Regina Panutti, Maria da Graça Bollman e Míriam Limoeiro.

A realização do I CONED em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais, de 31 de agosto a 3 de julho, foi um êxito. Reuniu cinco mil pessoas de todo o país, professores, estudantes, funcionários técnicos e administrativos para discutir a educação pública e propor diretrizes para a elaboração de um Plano Nacional de Educação.

Uma característica nova marcou o I CONED: a diversidade de posições e de análises, num salutar confronto político e democrático. Fugiu ao controle burocrático de reuniões sindicais e partidárias, que estão engajadas politicamente mas um tanto quanto rígidas nos seus encaminhamentos e esvaziadas na sustentação de suas teses. Fugiu ao formalismo e burocracia de entidades "científicas" que, quando não abrem uma dicotomia entre ciência e política, fazem desta última, muitas vezes, um elemento de pura retórica. Inaugurou, assim, a consolidação de uma exigência extremamente atual à sobrevivência dos sindicatos, da pesquisa, da cultura e, portanto, da educação pública de qualidade em nosso país: o convite à reflexão e a apresentação de propostas de todos aqueles que consideram a escola pública uma conquista social e não querem vê-la minguar junto à "minimalização" do Estado.

A multiplicidade de visões sobre a problemática educacional apareceu na forma de 218 trabalhos, 205 comunicações, 34 oficinas, 40 painéis, 10 conferências, 65 mesas redondas, além de inúmeras reuniões das entidades presentes.

Resta agora um desafio: construir a unidade de um rumo para a educação a partir dessa diversidade de enfoques e posições políticas.

É verdade que o I CONED não esgota todas as possibilidades de busca de um consenso político em meio a tantas diferenças no modo de compreender os prob;emas da educação e de apresentar soluções para eles. Mas somente a conquista dessa unidade na diversidade pode garantir o amplo comprometimento social e político com a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Essa unidade deve tomar corpo num Plano Nacional de Educação.

Rosemary Dore Soares
Doutora em Filosofia e História da Educação
Professora de Filosofia da Educação da UFMG

AVALIAÇÃO DA GREVE DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

I - INTRODUÇÃO

Após 69 dias de greve e a sua suspensão no dia 24 de julho de 1996, os professores das IFES de todo o país discutiram e avaliaram o movimento em Assembléias Gerais.

A reunião do Setor das IFES realizada em Belo Horizonte, de 29 a 31 de julho de 1996, retomou os eixos e o conteúdo da avaliação preliminar elaborada na reunião anterior (São Paulo, 12 e 13/07), deliberando que a conclusão da avaliação da greve dos docentes das IFES seria efetuada na referida reunião em Belo Horizonte.

II - AVALIAÇÃO

Diante dos avanços na implementação do projeto do Governo FHC, expresso nas reformas constitucionais nas áreas da educação, da previdência, da administração e no desrespeito à sua data base, os servidores públicos federais decidiram pela construção de uma greve nacional unificada, após várias tentativas de abertura de negociação com o governo, todas sem sucesso. Esta decisão envolveu esforço coletivo na elaboração de uma pauta de reivindicações capaz de garantir a unidade na luta dos SPF's, bem como o acúmulo de forças através da mobilização das diversas categorias envolvidas.

Durante a greve nacional unificada dos SPF's, tivemos diversos momentos, caracterizados por diferentes graus de participação e de mobilização entre as categorias. Atos públicos dos servidores, de proporções inéditas, realizados em Brasília, refletiram a disposição e o empenho dos SPF's em dar visibilidade ao enfrentamento político com o Governo e às nossas reivindicações. As formas de luta desenvolvidas pelo movimento expressaram a necessidade e a disposição de radicalização, a fim de dar maior consequência à greve e romper o cerco da mídia, situando a questão da defesa do serviço público no cenário político. As polêmicas travadas pelo Movimento Docente quanto às formas de radicalização da luta mostram as várias concepções que permeiam a luta política, abrindo novas perspectivas de ação. Exemplo disso foram as várias formas de mobilização desenvolvidas pelas AD's/S.Sind, tanto em Brasília quanto nos estados.

O Movimento Docente encaminhou à Direção Nacional da CUT uma crítica por esta ter adotado uma tática propositiva de negociação das reformas implementadas pelo Governo FHC. No momento da greve, esta tática refletiu-se numa atuação tímida da direção da Central, que foi inclusive cobrada pelas diversas categorias dos SPFs, para que ocupasse espaços na mídia e intermediasse as negociações com o Governo, na figura do presidente da CUT. Acreditávamos que esta postura evidenciava o não reconhecimento, por parte da central, da dimensão do enfrentamento travado pelo movimento. A nossa pressão resultou, ao longo do processo, num maior envolvimento da Central, através da presença e participação constante de representantes da direção nacional em nossos fóruns e ações.

A greve nacional unificada dos SPFs foi um dos elementos na conjuntura do movimento sindical que contribuíram para o fortalecimento, no interior da CUT, da proposta de enfrentamento do projeto de reformas neoliberais, na definição dos eixos e na realização da Greve Geral de 21 de junho de 1996.

O Movimento dos SPFs procurou deixar claro o embate de projetos antagônicos para a sociedade: de um lado, os interesses dos trabalhos e, de outro, os interesses do capital, o que evidenciou a necessidade do enfrentamento a que nos propusemos. O processo da nossa luta, aliado às disputas internas na base de sustentação política do governo, contribuíram para a derrota de FHC, quanto da votação da reforma da previdência, fazendo com que o Governo ampliasse sua prática fisiológica, ao mesmo tempo em que aumentava seu desgaste político perante a opinião pública.

Conseguimos mobilizar mais de 500 mil SPFs. Contudo, o declínio da adesão à greve, o acirramento das medidas repressivas do governo e o aprofundamento das dificuldades de mobilização entre algumas categorias levou ao fim da greve unificada. Por outro lado, os docentes das IFES ante a continuidade de expressivo quadro de mobilização do Movimento Docente decidiram, conforme indicação do Comando Nacional de Greve - ANDES-SN, permanecer em greve pela pauta protocolada no MEC. Por isso, é importante um aprofundamento da relação entre as entidades representativas dos SPFs, que permita a compreensão dos diferentes níveis de dificuldades existentes na organização das diversas categorias e, consequentemente, uma melhor articulação da sua luta política e do conjunto do movimento.

É fundamental destacar a importância da unidade do movimento dos SPFs e a necessidade de avanço no processo de integração das lutas e de sua ampliação. A dimensão da luta que ainda teremos que travar contra o projeto neoliberal demanda do conjunto dos trabalhadores a compreensão da importância da nossa unidade, mas, antes, representou um aprofundamento do nível de politização de nossa categoria, já anteriormente alcançada na greve nacional unificada dos SPFs e explicitou, para a sociedade, a relação antagônica entre o nosso projeto de universidade, fundado no interesse social, e aquele proposto pelo MEC, voltado para o interesse privado.

A greve dos docentes das IFES contribuiu para a retomada das ações coletivas em defesa da universidade e da dignidade do trabalho docente. A luta por melhores salários e pelo reconhecimento da nossa data base faz parte da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Está claro que a degradação das condições de trabalho e de vida dos professores produziu uma grande insatisfação, traduzida pela greve, como também o reconhecimento da necessidade do embate efetivo aos projetos do Governo FHC, com o objetivo de romper a lógica das soluções individuais, tão apregoada pelos defensores do neoliberalismo.

É preciso destacar que o nível de adesão à greve, embora sendo alto, não foi respaldado por uma ampla participação dos docentes nas ações concretas da luta. Alia-se a isso, a dificuldade de paralisar o conjunto das atividades da universidade, em especial nas áreas de pesquisa, extensão e pós-graduação (salvo aquelas deferidas pelas Comissões de ética dos Comandos Locais de Greve). Estes fatos contribuíram para fragilizar o movimento de greve e para limitar suas possibilidades de vitória, apontando-se a necessidade de discutir com profundidade a forma de nossas greves, bem como as estratégias de envolvimento efetivo de todos os setores de atividades das IFES.

A expectativa de ganhos concretos gerada pela greve e constante da pauta específica não foi atendida. A intransigência do Governo, evidenciada pela indisposição de abrir negociações efetivas com o Movimento Docente, somada ao processo de desgaste na mobilização de várias Ads/S.Sind., acabou por levar o Comando Nacional de Greve da ANDES-SN a indicar a suspensão unificada da greve. Com a suspensão da greve ficou ainda mais explícita a postura autoritária do Governo, uma vez que, passados 30 dias de suspensão da greve, nenhuma iniciativa foi tomada pelo MEC para a abertura das negociações.

Após a suspensão da greve dos docentes, várias administrações das IFES impuseram calendários de reposição das atividades sem ouvir as Assembléias Gerais. Ainda que os reitores tenham se recusado encaminhar ao MEC a lista dos professores que participaram da greve, a reformulação do calendário, em várias IFES, constituiu-se em punição aos docentes, além de legitimar a postura daqueles que se recusaram a acatar as deliberações das Assembléias Gerais.

A Reunião do Setor das IFES, realizada em Belo Horizonte, reconhecendo as dificuldades do Movimento Docente em retomar a greve nesta conjuntura, deliberou pelo encaminhamento às Assembléias Gerais das Ads/S.Sind do indicativo de encerramento da greve dos docentes das IFES, com a continuidade do processo de mobilização, com o objetivo de manter a pressão sobre o Governo, buscando o atendimento das reivindicações da pauta protocolada no MEC e da pauta conjunta com os SPFs.

Não temos dúvidas de que as nossas estratégias de luta ante a ação do Governo FHC, no sentido de implantar as reformas neoliberais, eram corretas, pois não havia outra alternativa a não ser a greve. É fundamental que tomemos como ponto de partida para novos enfrentamentos o patamar de organização, radicalização e politização alcançados através desta greve e elevá-lo ainda mais, mesmo porque o agravamento da conjuntura demandará novas ações por parte do Movimento Docente.

O Governo FHC continua com o firme propósito de implantação das reformas neoliberais, utilizando-se de todos os meios possíveis para aprovar seus projetos no Congresso, tendo inclusive modificado o regimento interno de funcionamento da Câmara dos Deputados, com apoio da sua base parlamentar, dificultando as ações das oposições que, no primeiro semestre deste ano, impuseram derrotas aos projetos governistas. Enquanto estes projetos não são aprovados em caráter definitivo, o Governo, através de medidas arbitrárias, tais como medidas provisórias, portarias e decretos de ministérios, vem retirando direitos dos servidores públicos federais, e dos docentes em particular, consagrados na Constituição, no Regime Jurídico Único e no PUCRCE.

Isso significa que, mais do que nunca, devemos manter a mobilização intensiva dos docentes e desenvolver ações e campanhas no sentido de ampliar as nossas formas de luta para denunciar e barrar o projeto do Governo FHC. Consequentemente, a perspectiva que se coloca para o Movimento Docente é a continuidade da articulação da sua luta com os SPFs e o conjunto dos trabalhadores, através de uma firme inserção na CUT, sem deixar de desenvolver um estreito relacionamento com a FASUBRA e a UNE na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, bandeira esta reiterada na proposta da ANDES-SN para a universidade brasileira, que será lançada no I Congresso Nacional de Educação (CONED).

1. Aprovar o encerramento da greve nas IFES.

2. Desenvolver, junto com as entidades de SPFs e com Sindicatos Cutistas, ampla campanha durante o processo das eleições municipais no sentido de orientar os trabalhadores em geral e os docentes em particular para não votarem em candidatos e partidos políticos comprometidos com as políticas neoliberais do Governo FHC e com as reformas privatizantes que significam o descompromisso do Estado em relação às aspirações dos trabalhadores e do conjunto da população do país.

3. Realizar campanha nacional com cartazes cujo objetivo seja explicitar a desaprovação dos docentes das IES quanto ao desempenho do Presidente da República e do Ministro da Educação de modo a contribuir para o desgaste dos titulares do atual Governo Federal, responsável pela implementação das políticas contrárias do ensino superior e à educação de modo geral.

4.Elaborar calendário de eventos a serem realizados durante este segundo semestre de modo a recuperar a mobilização das IFES mediante a sua articulação com os demais níveis de ensino e setores populares através de:

a) Dias de Luta
b) Greve pontual (um a três dias)
c) Debates

5. Desenvolver ações, pelas VPRs, no sentido de viabilizar, divulgar, e incentivar as programações das Ads quanto às estratégias ao projeto do Governo e às propostas do caderno 2 (Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira).

6. Desenvolver uma política de comunicação entre as VPRs e destas com as suas ADs no sentido de divulgarem suas programações, viabilizando maior sintonia de atuação do MD na sociedade.

7. Solicitar audiência junto ao MEC fundamentada na pauta da ANDES/SN, já protocolada nos Ministérios, considerando a necessidade que o MD sente de obter resposta às reivindicações da referida pauta. Este pedido de audiência deverá ser tornado público e divulgado na imprensa a fim de que as respostas dos Ministérios sejam amplamente conhecidas.

8. Esclarecer o eleitor através de campanhas utilizando os vídeos do IBASE.

9. Cobrar documentos dos candidatos comprometidos com a educação pública e gratuita.

10. Dar continuidade à campanha de cartazes do tipo "pimentinha".

11. Remeter ao GT História do Movimento Docente a tarefa de elaborar um vídeo que recupere a importância do movimento dos docentes nas IFES e o papel destas na produção da ciência e da pesquisa na formação dos profissionais do país.

12. Sugerir estratégias de mobilização (a serem aperfeiçoadas, ampliadas e distribuídas entre as AD's):

a) - Ao nível de sociedade:

- Universidade na rua
- Atuação através de rádios
- integração de ações com o 1º e 2º Graus

b) Ao nível parlamentar:

- produzir e discutir com parlamentares, sistematicamente, textos curtos e profundos sobre as consequências políticas e sociais destas Reformas.

c) Ao nível interno:

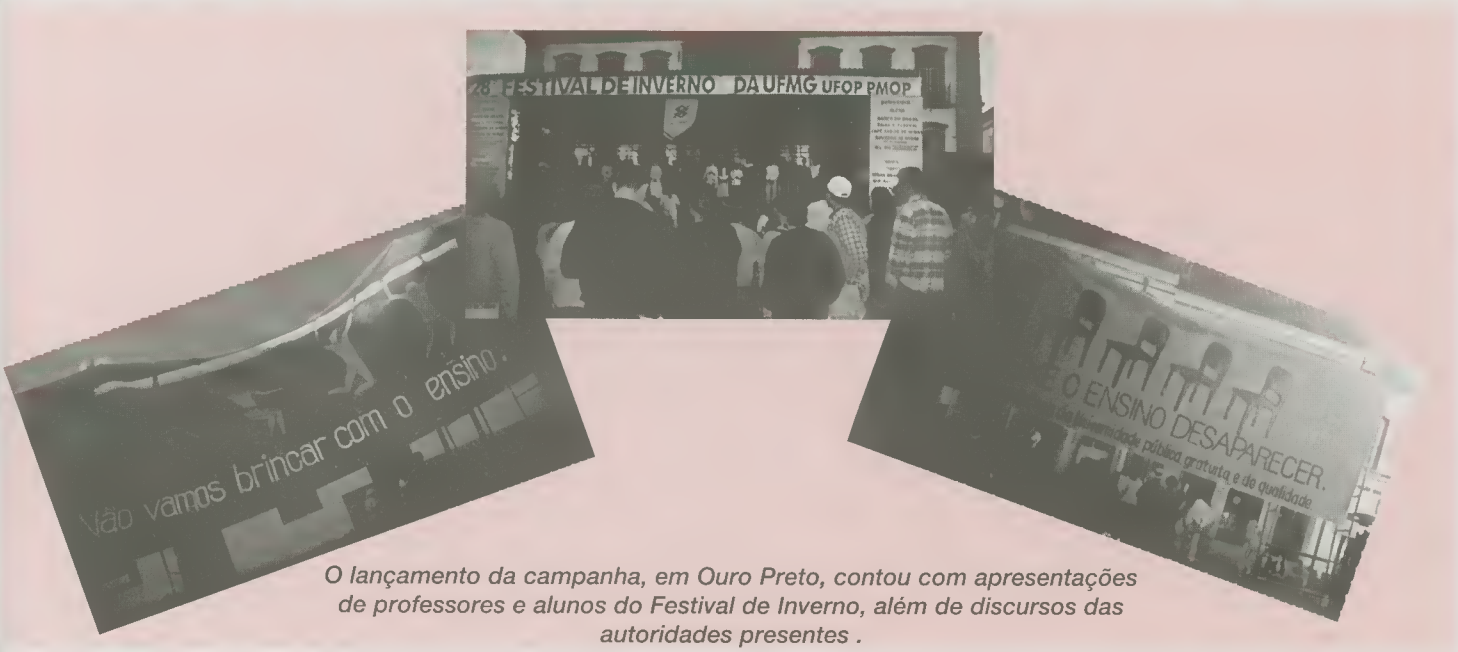
- Pesquisa de opinião sobre as propostas de mobilização.

Belo Horizonte, 31 de julho de 1996

BALANCETE SEMESTRAL - JANEIRO A JUNHO DE 1996

RECEITAS mês:	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
101 - MENSALIDADE SOCIAL	94.698,42	49.916,85	49.763,27	49.552,55	1.213,45	98.304,65
PESSOAL E ENCARGOS						
301 - SALÁRIOS E ORDENADOS	-1.195,27	-2.678,21	-2.160,18	-2.794,94	-2.859,25	-2.893,66
302 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	-625,00	-481,03	0,00	0,00	0,00	0,00
303 - FÉRIAS	-1.633,52	-843,93	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - HORAS EXTRAS	-8,16	0,00	-1,28	-31,07	-21,76	-128,48
305 - INSS	-2.057,33	-806,05	-1.116,52	-871,95	-981,56	-1.014,25
306 - FGTS	-280,36	-261,13	-327,74	-234,35	-262,88	-269,92
307 - PIS	0,00	-127,43	0,00	-206,54	-67,49	-70,07
308 - TAXAS E TRIBUTOS	-10,00	-10,00	-144,55	-92,56	-14,00	-17,92
309 - VALE TRANSPORTE	-127,88	-98,68	-228,50	-270,00	0,00	-277,40
310 - VALE REFEIÇÃO	-440,58	-348,12	-863,37	-696,26	-1.011,00	-900,60
312 - GRATIFICAÇÕES	-97,57	-121,99	-121,99	-121,99	-121,99	-136,86
SERVIÇOS DE TERCEIROS						
351 - HONORÁRIOS PROFISSIONAIS	-2.589,32	-3.540,59	-4.111,15	-5.120,63	-4.677,58	-4.701,20
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E ENTIDADES						
401 - ANDES-SN	-19.774,98	-11.680,13	-10.636,17	-9.410,16	-3.444,67	-20.675,71
402 - OUTRAS ENTIDADES	-80,00	-40,00	-80,00	-1.780,00	-12.205,00	-6.101,50
403 - CONVÊNIO - SEGURO DE VIDA	6.150,14	1.102,78	-1.117,64	-931,13	-4.658,33	2.589,76
404 - OUTROS CONVÊNIOS	-28,84	-28,84	-28,84	-3.934,60	-76,12	-84,78
REPRESENTAÇÃO						
451 - PASSAGENS	-1.220,24	-7.300,04	-1.813,09	-2.627,67	-7.122,48	-7.578,20
452 - DIÁRIAS	-9.010,00	-1.094,40	-5.484,89	-5.425,30	-4.675,00	-5.200,00
453 - HOSPEDAGENS	-1.941,41	-3.664,81	-361,90	-1.628,70	-3.901,51	-2.351,33
454 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS	0,00	0,00	0,00	-36,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÃO						
501 - TELEFONE	-875,59	-1.103,48	-845,22	-1.194,94	-1.816,39	-1.975,06
503 - DADOS	-116,13	-114,44	-97,31	0,00	-68,84	0,00
504 - POSTAL	-313,75	-201,94	-259,58	-296,82	-1.178,90	-1.091,10
PUBLICAÇÕES E SERV. GRÁFICOS						
551 - CÓPIAS FOTOSTÁTICAS	64,75	-300,14	5,20	-966,83	129,55	374,97
552 - SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO	-750,00	-200,00	0,00	-276,00	0,00	-3.140,00
553 - SERVIÇOS GRÁFICOS	-1.060,00	-2.600,00	-1.650,00	0,00	-1.258,00	-5.550,00
554 - FAIXAS E CARTAZES	-210,00	0,00	-1.000,00	-1.051,00	-1.820,00	-769,00
555 - IMPRENSA	0,00	0,00	-400,00	0,00	-17.323,00	-15.532,00
DESPESAS GERAIS						
601 - ENERGIA ELÉTRICA	-173,45	-166,99	-138,44	-192,84	-222,67	-172,24
602 - ÁGUA	-25,20	-18,62	-24,14	-29,68	-26,92	-26,28
603 - IMPOSTO PREDIAL	-654,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
607 - TRANSPORTES E FRETES	-204,35	-143,27	-832,30	-938,62	-1.317,16	-1.024,95
608 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	-15,00	0,00	0,00	0,00	-20,00
609 - LANCHES E REFEIÇÕES	-101,58	-371,31	-91,74	-388,58	-566,89	-496,00
610 - MANUTENÇÃO E REPARO DE BENS	-53,00	-17,00	-157,58	0,00	-327,51	-512,98
612 - OUTRAS DESPESAS	-71,50	-557,00	-48,10	-125,40	0,00	-670,00
MATERIAL DE CONSUMO						
651 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	-272,01	-75,37	-802,03	-536,71	-1.768,15	-651,54
653 - MANTIMENTOS E SIMILARES	-181,55	-25,00	-270,24	-515,68	-332,70	-248,67
654 - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	0,00	-1.552,84	0,00	-439,00	-1.004,19	-1.105,00
656 - OUTROS MATERIAIS	-9,23	0,00	-278,50	-31,70	-3,00	0,00
MATERIAL PERMANENTE						
701 - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-972,00
LIVROS, REVISTAS E JORNAIS						
801 - ASSINATURAS	-47,40	-32,40	-44,05	-95,13	-570,60	-96,00
802 - COMPRAS	0,00	-323,00	-122,00	0,00	-55,30	89,00
DIVERSOS						
902 - PROGRAMAS E PROJETOS	-1.034,25	0,00	0,00	0,00	-360,00	-1.090,00
903 - AÇÕES JUDICIAIS E LEGAIS	-23,00	0,00	-126,20	-105,47	639,92	-1.731,27
905 - OUTROS	-6.460,00	-904,82	-7.696,89	-5.770,96	-430,00	-15,13
SALDO TOTAL :	*47.156,82*	*9.171,63*	*6.286,34*	*383,34*	*-74.567,92*	*12.067,28*
RENDIMENTO BANCÁRIO:	*39.731,04*	*18.636,27*	*23.671,16*	*16.528,21*	*10.948,34*	*20.606,90*
SALDO MÊS ANTERIOR:	*849.144,21*	*936.032,07*	*963.839,97*	*993.797,47*	*1.010.709,02*	*947.089,44*
TOTAL DISPONÍVEL:	***936.032,07***	***963.839,97***	***993.797,47***	***1.010.709,02***	***947.089,44***	***979.763,62***

A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE



O lançamento da campanha, em Ouro Preto, contou com apresentações de professores e alunos do Festival de Inverno, além de discursos das autoridades presentes .

A perspectiva de privatização das Universidades Públicas brasileiras está se agravando com a reformas impostas pelo governo FHC. As iniciativas neste sentido, a falta de perspectivas de discussão do tema junto ao Governo Federal; a não existência de uma política satisfatória para a educação, a ameaça à Constituição, que prevê a indissociabilidade entre ensino / pesquisa / extensão e a questão da autonomia universitária, além, é claro, dos baixos salários do funcionalismo público, acarretaram a deflagração da greve dos servidores públicos federais, que se desenrolou com a greve dos funcionários administrativos da UFMG e, posteriormente, dos professores.

A desmotivação de parte das duas categorias diante da greve e da própria temática evidenciou a necessidade de uma maior ênfase nos debates sobre os temas, para a formação de uma consciência crítica dentro da comunidade universitária e, também, a extensão destes debates para a conscientização da comunidade em geral, estendendo a discussão para além dos limites da UFMG.

A UFMG tem uma elevada credibilidade junto à comunidade mineira. Esta posição é fruto não somente do seu caráter gratuito, mas em especial pela qualidade de seu ensino. Porém, torna-se necessário incorporar a população na sua defesa, já que a existência da instituição encontra-se ameaçada pelas medidas impostas pelo Governo Federal.

Para isso, consolidamos a campanha "Em Defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade", que contará com inserções nas mídias rádio, TV, out-doors, jornais e debates especializados sobre os temas pertinentes à atual situação das universidades públicas brasileiras durante os meses de agosto, setembro e outubro.

Lançamento

O lançamento da campanha ocorreu em Ouro Preto, no dia 26 de julho, através de um ato político-cultural que reuniu os reitores da UFMG e UFOP, respectivamente, Tomaz Aroldo da Mota Santos e Renato Godinho Navarro, o prefeito de Ouro Preto, jornalista Angelo Oswaldo de Araújo Santos, o pró-reitor de extensão da UFMG, Evandro José Lemos e os presidentes da APUBH e ADUFOP, Maria Dirlene Marques Trindade e José Eustáquio Dinis Alves, que discursaram em defesa da Universidade Pública e sua importância para toda a população e formação de consciência crítica no País, além do estímulo e desenvolvimento da pesquisa e extensão. Em seguida, a vice-presidente da APUBH, profª Vera Casa Nova, leu o Manifesto da Educação, proposto pelo Congresso Nacional de Educação - CONED

O ato público contou, também, com a participação do maestro Ernani Maletta e Oficina de Canto Coral que abriu o evento; Alexandre Franco e Oficina de Composição Coreográfica; Alexandrino Ducarmo e Oficina Street-Theatre-Dance; Grupo Tríade; e, para encerrar, Grupo Armatrux e Oficina Palco e Rosa.

Além da participação dos integrantes do 28º Festival de Inverno da UFMG no ato público, os alunos e professores da Área de Artes Plásticas também, contribuíram para a realização de dois art-doors, de 9 x 3 metros, que foi exibido na Praça Tiradentes durante o evento e que será veiculado dentro dos *campi* da UFMG e principais praças centrais de Belo Horizonte, juntamente com mais 25 que serão produzidos pelos alunos da Escola de Belas Artes e Escola Guignard, ainda no mês de setembro.

AÇÃO DOS 12% DOS APOSENTADOS

A APUBH estará ajuizando uma ação na Justiça, relativa ao desconto dos 12% que os aposentados estarão sujeitos a partir do pagamento do mês de agosto de 1996, de acordo com a MP 1415/96. É necessário a assinatura dos interessados para a participação na ação. Para tanto, estamos colocando à disposição dos associados, na sede da APUBH, no PA Saúde e no PA Campus uma listagem que deverá ser assinada até o dia 27 de agosto. A ação será encaminhada no dia 28.

NOTAS NOTAS NOTAS NOTAS

Proposta da ANDES - SN para a Universidade Brasileira

Em 1986, durante o XIII CONAD - foi aprovado o Caderno nº 2 da ANDES, que contém a Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira. Esta desencadeou uma série de discussões por parte dos professores das universidades, que culminaram com a elaboração de um novo Caderno 2, contendo a versão atualizada da Proposta da ANDES - SN para a Universidade Brasileira, lançada no XXXIII CONAD e no Mineirinho, durante a abertura do I CONED.

Nesta publicação foram discutidos os seguintes pontos:

1 - A Universidade, Seu Papel e a Crítica da Situação Atual;
2 - Padrão Unitário de Qualidade;
3 - A Proposta da ANDES - SN para a Universidade Brasileira.

Carreira e Capacitação Docente

A presente publicação contém o projeto de Carreira Única e as Diretrizes para o Plano de Capacitação proposto pela ANDES - SN para o magistério das Instituições de Ensino Superior.

A construção do conteúdo do caderno sempre esteve pautada no Padrão Unitário de Qualidade para as Universidades Brasileiras.

A APUBH, tão logo adquira os exemplares, enviará os dois cadernos para cada docente.

Concurso em Porto Alegre

"Histórias de Trabalho"

"História de Trabalho. Quem não a tem? Vivenciada, imaginada, pesquisada, observada. Registre-a caso esteja na memória! Não deixe que se perca! Permita que seja conhecida!"

Esta é a proposta do "CONCURSO HISTÓRIAS DE TRABALHO", lançado pela Prefeitura de Porto Alegre. Organizado em oito modalidades diferentes: Lembranças e Vivências de Trabalhadores; Contos; Textos Escolares; Crônicas; Quadrinhos e Cartuns; Ensaios Acadêmicos; Reflexão, o concurso tem como objetivo estimular o resgate da memória, da reflexão e a produção de texto nas questões relativas ao mundo do trabalho. As inscrições se encerram no dia 04 de outubro e maiores informações podem ser obtidas através do tel.: (051) 227 - 1738/ 227 - 1383, ou pelo endereço:

Ilhota Livros - Centro Municipal de Cultura
Avenida Érico Veríssimo, 307 - Porto Alegre - RS

IMPRESSO

Todos os documentos citados neste Boletim estão à disposição dos interessados em nossa sede.